

**APRECIACÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
AO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL À
SUBESTAÇÃO 30/15 KV DE SÃO ROQUE DO PICO**

FASE DE PROJETO DE EXECUÇÃO

REGISTO: INT-SRAAC/2021/2189

1. INTRODUÇÃO

O procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ao projeto de execução para a construção da “Subestação a 30/15 kV de São Roque do Pico”, abaixo abreviadamente designado por “SESR”, enquadrado no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro (Diploma AILA) iniciou-se a 10 de maio de 2021 com a entrada na Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (DRAAC), na qualidade de Autoridade Ambiental, dos documentos obrigatórios: o Estudo de Impacte Ambiental (EIA): 5 exemplares em papel e uma versão em suporte digital, que possuía no seu anexo I a memória descritiva da SESR e ainda outros anexos que completam ou resumem a informação tida por suficiente por parte do proponente.

Nos termos do Diploma AILA foi então constituída a Comissão de Avaliação (CA) do EIA, composta pelos Serviços ou Entidades abaixo indicados, cujos representantes foram nomeados pelos respetivos dirigentes:

- Direção de Serviços da Qualidade Ambiental (DSQA), que preside à CA, representada por Carlos Faria e por Filipe Pires que substituirá o primeiro nas suas faltas e impedimentos e ainda coordenará o processo da Participação Pública;
- Direção Regional da Energia (DREn), na qualidade de Entidade Licenciadora e representada por Pedro Pinto Leite;
- Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos e Ordenamento do Território (DROTRH) representada por Ana Rita Dinis para a área do Ordenamento do Território;
- Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos e Ordenamento do Território (DROTRH) representada por Renato Verdadeiro para as matérias respeitantes aos Recursos Hídricos;

- Serviços de Ambiente do Pico, representados por Tiago Fraga, para verificação no local dos aspetos de caracterização da área de estudo e cobertura dos fatores ambientais não cobertos pelos anteriores membros da CA, nomeadamente: ecologia, património, socioeconomia e resíduos.

O suporte digital dos documentos recebidos na DRAAC foi partilhado pelos técnicos que compõem a CA de modo a procederem à respetiva apreciação de que resultou o presente parecer conjunto elaborado com recurso do sistema informática dos Serviços da Administração Regional, tendo ainda em consideração que exercem as suas funções em ilhas diferentes. Não foi considerado necessário uma deslocação conjunta ao local.

2. APRECIÇÃO GENÉRICA DO EIA

O EIA para a SESR é constituído pelo Relatório Técnico (RT), o Resumo Não Técnico (RNT) e vários Anexos, o primeiro dos quais corresponde ao Projeto de Execução (PE) e os restantes o Regulamento do PDM, o Plano de Gestão Ambiental em Obra (PGAIO) que integra o Plano de Prevenção Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) e o Plano de Segurança e Saúde (PSS).

No conjunto dos capítulos e volumes que compõem o EIA procura-se respeitar o conteúdo obrigatório exposto Diploma AILA para este tipo de documento. A estrutura teve ainda como orientação o “Guia Metodológico para a Avaliação de Infraestruturas da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade” da Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes.

O RT, por vezes designado no seu interior por Relatório Base, apresenta inicialmente o enquadramento legal para o licenciamento deste tipo de projetos e de caracterização dos diferentes fatores ambientais considerados pelos autores do EIA, informa-se que o estudo foi efetuado para a fase de projeto de execução, identifica-se o proponente, a entidade licenciadora, a autoridade ambiental e a equipa responsável pela sua elaboração, apresentando-se ainda a metodologia seguida e a sua estrutura.

O RT refere que o objetivo da SESR é garantir um maior grau de fiabilidade às subestações que se encontram atualmente ligadas em “antena” à Central Termoelétrica do Pico (CTP), para melhorar o nível do serviço. É assumido que não houve antecedentes neste processo e as alternativas consideradas ficaram condicionadas por o projeto se configurar como uma ampliação de uma estrutura pré-existente, contudo houve que ter em conta que o edifício atual não permitia a ampliação dos quadros MT o que levou à construção de um novo imóvel para

a SESR ocupando terrenos que o proponente possuía contíguos à CTP, não havendo uma avaliação com comparação de alternativas.

O RT prossegue procurando demonstrar a conformidade do projeto com os instrumentos de gestão territorial (IGT), a descrição sumária do projeto de execução, com a caracterização da situação de referência da área de estudo, exposição dos impactes ambientais identificados pelos autores do EIA, bem como das medidas de minimização por eles propostas, uma análise de riscos ambiental e de âmbito de higiene e segurança no trabalho, planos de monitorização que encerra após uma síntese destes aspetos com as conclusões da equipa.

A CA denota que a metodologia deu pouca atenção à comparação dos impactes face à alternativa zero, talvez devido ao facto de se estar a substituir um projeto mais antigo por outro com a mesma tipologia.

No RNT, os autores listaram um conjunto de questões que se deduz considerarem ser as mais prováveis ser levantadas pela população em geral e dando a cada uma delas as respostas que consideram adequadas e de forma simples. Nesta metodologia esclarecem as razões do EIA, as entidades envolvidas no procedimento, a justificação para a construção SESR, a descrição da área de estudo e do local da sua implantação, os impactes resultantes perspetivados com as medidas que se propõem para minimizar os maus efeitos com recurso a uma linguagem acessível e resumindo o essencial do conteúdo do RT com as suas virtudes e defeitos.

Assim e sem comprometer eventuais pormenores de análise a referir no próximo capítulo, genericamente, a CA considera que na sua estrutura o conjunto dos documentos se adequa à conformidade geral de um EIA nos termos expostos no Diploma AILA.

3. APRECIÇÃO ESPECÍFICA DOS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS DO EIA

Neste capítulo do parecer a CA irá expor com algum pormenor a sua análise crítica ao conteúdo do RT e do RNT para assegurar a melhor correção e adequação do essencial do EIA a disponibilizar à Consulta Pública ao longo do presente procedimento de AIA.

3.1 – Relatório Técnico (RT)

Para uma boa articulação entre a análise da CA e o RT a numeração de referência abaixo ao longo deste número do parecer é a mesma utilizada neste volume do EIA em apreciação.

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO

Neste capítulo o RT apresenta o quadro legal a que fica sujeito o licenciamento deste tipo de projeto e de caracterização dos fatores ambientais avaliados no EIA, bem como identifica o

proponente, o projeto e a fase de projeto de execução em que ocorre a avaliação da SESR, a Entidade Licenciadora e a Autoridade Ambiental, seguindo-se o período de elaboração do EIA, a composição dos autores do relatório, a respetiva formação, repartição das componentes temáticas que competiu a cada um no estudo e a estrutura deste volume.

A imperfeição que a CA salienta para este capítulo e a da atual denominação da Autoridade Ambiental, que agora se designa de Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, semelhante ao do departamento governativo de que faz parte.

Em matéria de Ordenamento do Território, julga-se pertinente referir que na Tabela 1, devem ser tidas em conta as seguintes considerações, sendo que se sugere a consulta do Portal do Ordenamento do Território dos Açores para correção da referida tabela;

- Os diplomas apresentados no tema Ordenamento do Território não representam os instrumentos legais aplicáveis no âmbito do EIA, uma vez que não são apresentados todos os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) com aplicação ao EIA (como é o caso do Programa Regional para as Alterações Climáticas) e são apresentados IGT que não têm implicações (como o Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha do Pico). Sugere-se que sejam apresentados todos os IGT em vigor em São Roque do Pico (Planos Setoriais, Planos Especiais e Planos Municipais) ou então apenas os IGT com aplicação no âmbito do EIA;
- O Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica, já foi alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, sendo esta versão que se encontra em vigor;
- O Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A, de 28 de julho, que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Agrícola, já foi alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2019/A, de 7 de agosto, sendo esta versão que se encontra em vigor;
- Relativamente à Paisagem Protegida da Vinha do Pico, no qual o projeto não se insere, destaca-se que o Decreto Legislativo Regional n.º 12/96/A, de 27 de junho, foi revogado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2004/A, de 21 de outubro, sendo que este foi revogado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2008/A, de 9 de julho. O mesmo também acontece com o Decreto Legislativo Regional N.º 1/2004/A, de 21 de janeiro.

Capítulo 2 – OBJETIVOS DO PROJETO/ ANTECEDENTES/ ALTERNATIVAS

O RT começa por referir que o sistema de distribuição da energia elétrica no Pico é constituído por uma rede de transporte a 30 kV que assegura a potência desde a subestação da CTP até às subestações da Madalena e das Lajes do Pico por linhas aéreas de cobre nu a partir das quais se fazem a respetiva saídas.

Tendo em conta as disponibilidades e restrições de potência em São Roque surge a necessidade de ampliar os atuais quadros de média tensão (MT) a 30 e 15 kV da SESR que partilham espaços e barramentos dos quadros da CTP, pelo que o projeto em avaliação pretende assegurar um maior grau de fiabilidade às subestações que se encontram ligadas em “antena”, melhorando assim o nível do serviço.

É assumido no RT a inexistência de antecedentes e apresentado o mecanismo que eliminou alternativas ao presente projeto de execução: a disponibilidade de terreno junto à atual subestação de São Roque pertença do proponente e a necessidade de construir um novo edifício para ter espaço disponível para instalação dos novos quadros a colocar na futura SESR.

A CA não considera necessário pedir mais informações ao conteúdo deste capítulo, nem tem correções a introduzir. Contudo tendo em consideração que segundo o Diploma AILA a eliminação de alternativas obriga à da comparação com a opção zero de não construção, é de parecer que esta obrigatoriedade ficou salvaguardada com o exposto no ponto 5.16 do presente RT.

Capítulo 3 – CONFORMIDADE COM OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

O EIA procura aqui demonstrar a conformidade do projeto em apreciação com os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), mas esse aspeto será tratado neste parecer quando da exposição do fator ambiental Ordenamento do Território e Condicionantes.

A CA detetou algumas imperfeições neste capítulo nos aspetos expostos imediatamente abaixo que devem ser corrigidos. Assim, para a tabela 4 reforçam-se as considerações da tabela 1, uma vez que só são analisados alguns Instrumentos de Gestão Territorial e não todos os diplomas em vigor em São Roque do Pico e com maior importância para o projeto em análise. Além disso as duas tabelas não apresentam os mesmos diplomas, situação que deve ser revista, de modo a estar uniforme e coerente.

Capítulo 4 – DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO PROJETO DE EXECUÇÃO

O sistema de transporte e distribuição da Ilha do Pico é constituído por uma rede de transporte de 30 kV, que assegura o trânsito de potência desde a subestação da central termoelétrica de São Roque até às subestações da Madalena e das Lajes, através de linhas aéreas de cobre nu.

A partir das referidas subestações, a distribuição MT é efetuada com um nível de tensão de 15 kV.

A atual subestação de S. Roque tem uma potência instalada de 15 MVA, sendo composta por um transformador de 30/15 kV, com a potência de 2,5 MVA, quatro transformadores de 30/6 kV, dos quais três, têm a potência unitária de 2,5 MVA e um de 3,5 MVA, e ainda por um transformador de 15/0,4 kV, com a potência de 1,5 MVA.

O projeto em análise respeita pois à ampliação de uma estrutura pré-existente e que é a Subestação de São Roque do Pico, recorrendo à construção de um novo edifício uma vez que o existente não permite a ampliação os quadros de MT (30 e 15 kV) da atual subestação, os quais partilham barramentos dos quadros da Central Termoelétrica do Pico.

Para além do novo edifício, esta ampliação é constituída por dois transformadores de potência de 5 MVA e 2,5 MVA ambos a 30/15 kV, por dois quadros de MT a 30 e 15 kV respetivamente, por um sistema de proteções, comando e controlo, por dois transformadores de serviços auxiliares de 100 kVA a 15/0,4 kV cada, pelos serviços auxiliares de CA e CC, pelos sistemas de contagem e comunicações, e ainda por uma rede geral de terras

Por forma de evitar os custos com expropriações ou com a aquisição de outros locais, a EDA optou pelo estabelecimento da nova subestação nos seus terrenos contíguos à central, uma vez que dispõe de espaço para tal.

O projeto de construção da Subestação (SE) 30/15 kV de São Roque do Pico visa assim garantir um maior grau de fiabilidade às subestações que se encontram atualmente ligadas em “antena”, melhorando assim o nível do serviço.

Sobre este capítulo a CA tem as seguintes aspetos a questionar: a frase (página 25): *“Dada a impossibilidade de se ampliar os atuais quadros de MT (30 e 15 kV) da atual subestação, os quais partilham os mesmos espaços e barramentos dos quadros da Central Termoelétrica do Pico, prevê-se a construção de um edifício de raiz.”* Não deixa claro se a atual subestação está no mesmo edifício da central ou num edifício individualizado. Neste caso, qual será o seu destino: demolição ou novos usos de apoio?

Cruzando a dúvida do anterior parágrafo com a Figura 4 (página 27), a legenda “*Existente*” corresponde à central, à subestação ou esta está no mesmo edifício da central? Neste caso, o existem duas estruturas num só edifício, mas sem se discriminar onde funciona a subestação dentro do existente.

Igualmente também o RT não é claro se existe agora um parque exterior de transformadores ou não, e no primeiro caso, onde está e o que será feito dele ou se o novo será reconstruído sobre o primeiro.

A CA considera que estes aspetos deveriam ficar claros no presente capítulo de RT.

Capítulo 5 – SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

O RT apresenta a caracterização da envolvente do projeto selecionando os fatores ambientais mais habituais e considerados pertinentes para a avaliação dos efeitos do empreendimento. Igualmente ressalva o facto de a implantação se situar em terrenos onde está inserida a CTP pelo que no local já ocorrem valências a que estão adstritas à SESR.

A apreciação desenvolvida abaixo para os vários fatores ambientais discriminados no RT foi efetuada pelos diferentes técnicos que compõem a CA em função das competências dos respetivos Serviços que eles representam ou conforme o especificado no capítulo 1 do presente parecer.

- **Clima** – A CA considera suficiente a caracterização apresentada no RT que se baseou nos dados CLIMAAT e nada de relevante tem a referir neste parecer para este fator ambiental.

- **Geologia** – Tendo em consideração a tipologia do projeto e as suas dimensões a CA considera que foi fornecida informação suficiente para as necessidades de consulta pública e apreciação dos impactes da SESR neste fator ambiental.

- **Recursos Hídricos e Qualidade da Água** - Uma vez que o projeto não interfere com linhas de água, reservatórios naturais superfície, e embora estar inserido em zonas de proteção de captações, encontra-se apenas numa zona de proteção alargada aos furos de abastecimento, “Furo das Rocas” e “Furo da Ribeira”, assim, dada a pequena extensão de ocupação do solo e tipologia do empreendimento para se considerar não ter impactes nos recursos hídricos subterrâneos, a CA considera que os elementos apresentados no RT são suficientes às necessidades deste procedimento de AIA.

- **Qualidade do Ar** – Para caracterizar este fator ambiental, a equipa do EIA baseou-se no Relatório da Qualidade do Ar do ano de 2020, que considera a estação situada no Faial da rede

nacional de qualidade do ar e considerada representativa para os Açores em termos de região rural de fundo. Esta, além de ser a mais próxima do projeto, situa-se numa zona onde a ocupação de solo é similar ao da área de estudo. O RT faz ainda referência à estação situada em Ponta Delgada, onde se mediu uma única excedência para PM₁₀ quando são permitidas 35 num ano. Assim, o RT conclui que os dados apontam para um índice da qualidade do ar com a classificação de Bom.

Já depois de apresentar a qualificação do ar baseada no relatório citado, o RT identifica as fontes emissoras de poluição presentes na área de estudo, mencionando a CTP e um edifício da própria EDA técnico-administrativo de apoio às instalações da empresa na zona (DIPIC), além de referir instalações agrícolas, estradas e uma moradia cujo conjunto considera resultar num contributo de degradação da qualidade do ar pouco significativo. Por fim identifica como único recetor sensível em matéria de qualidade do ar na área o edifício DIPIC.

A CA deteta alguma desorganização na linha de desenvolvimento da caracterização deste fator ambiental, pois a conclusão da qualidade do ar surge antes da descrição dos recetores e emissores de poluição presentes na área e da avaliação do respetivo efeito, além de dar pouca significância do papel emissor da CTP, talvez a maior fonte pontual emissora de poluição do concelho. Todavia, dado o conhecimento que a CA tem da qualidade do ar na zona, concorda que a qualidade do ar é boa. Pelo que considera suficiente a caracterização apresentada no RT.

- **Ruído** – O RT, através do enquadramento legal deste fator com a exposição dos critérios para o caracterizar, fornecendo os dados disponíveis sobre os valores no mapa de ruído do PDM para a área de estudo e identificando o recetor sensível mais próximo, permite conhecer de forma suficiente a situação de referência em termos de ruído.

- **Radiação** – O RT começa por explicar o que está na origem dos conceitos e especificidades da radiação eletromagnética e respetivos campos físicos. Depois apresenta a legislação que regula a exposição das pessoas a estas ondas e prossegue concretizando os campos associados a alguns equipamentos associados a subestações para concluir que *“a radiação eletromagnética produzida pelo funcionamento das linhas existentes, bem como dos transformadores instalados na SE, não é significativa, nomeadamente tendo em conta que os campos gerados no transporte de eletricidade são de baixa frequência”*.

A CA considera os elementos fornecidos como suficiente para os objetivos pretendidos neste procedimento.

- **Solos** – O RT apresenta uma caracterização dos tipos de solos mais comuns no Pico, começando com a referência ao carácter juvenil da ilha para mencionar a predominância de solos incipientes e terrenos pedregosos do tipo litossolos e solos litólicos. Contudo a área de análise é caracterizada pela presença de andossolos. Prossegue apresentado a metodologia seguida nos Açores para a determinação e elaboração de cartas sobre a capacidade de uso do solo para informar que a área de análise se insere numa zona de classe de uso do solo III e IV (uso arável ocasional), com zonas integradas na Reserva Agrícola Regional, contudo no desenho apresentado verifica-se que a implantação do SESR é exterior a esta.

A CA considera a caracterização no RT sobre este fator ambiental suficiente para as necessidades do presente procedimento de AIA.

- **Uso do Solo** – Relativamente ao Uso do Solo, o EIA apresenta uma análise com base na Carta de Ocupação do Solo da Região Autónoma dos Açores 2018 (COS.A/2018), não havendo nada a destacar em relação ao enquadramento efetuado.

- **Instrumentos de Gestão do Território** – No capítulo 5.10 Instrumentos de Gestão Territorial, sugere-se a reformulação da sua Nota Introdutória, de acordo com o definido no Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, que aprova o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores.

Págs. 78 e 79 | Na tabela 18 estão em falta as retificações, alterações e suspensões aos seguintes IGT: PSRN200, PEPGRA e POTRAA, bem como o diploma que altera o Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico. Além disso, salienta-se que o POOC Pico é um plano especial e não setorial.

Convém informar que, dos diplomas com incidência direta na área em questão, apenas foi efetuada a análise ao PRAC e ao PDM, sendo que se concorda com esta decisão, dado que o projeto tem interferência na concretização destes IGT. Importa, no entanto, referir a necessidade da entrega de parecer da autarquia, relativamente à compatibilização do projeto com o seu Plano Diretor Municipal de São Roque do Pico.

Pág. 85 | Julga-se necessária a reformulação da frase “Da análise da conformidade com os IGT, verifica-se que não existe correspondência com a categoria de espaço uma vez que, devido a natureza das instalações, estas determinam a definição da condicionante acima referida e localizam-se dentro do terreno adstrito as mesmas, pelo não se verifica a não conformidade com os IGT em vigor.”, uma vez que não está perceptível qual o seu significado.

Além disso, dado que a classe de espaço em questão é Espaços Florestais, devem ser adicionados impactos e a sua avaliação, no respetivo capítulo.

– **População e Socioeconomia** – Neste fator ambiental é feita uma caracterização socioeconómica da demografia, estrutura etária, nível de escolaridade, do emprego, atividade económica e estrutura empresarial, do turismo e da energia. Esta caracterização feita através de tabelas e textos com dados estatísticos, incide sobretudo ao nível da ilha do Pico, concelho de São Roque, entrando em pormenor na freguesia de São Roque do Pico, com exceção dos setores do turismo e energia, cuja caracterização é incide ao nível do concelho.

Apesar da informação sobre este fator ambiental no RT ser excessiva, a CA não propõe alterações.

- **Ecologia – Flora, Fauna e Habitats** – O RT apresenta a metodologia utilizada nos levantamentos de campo para a caracterização da flora, fauna e habitats na área de estudo, sendo que a mesma se encontra fora da área delimitada pelo Parque Natural do Pico, não pertence à área da Reserva Ecológica e está parcialmente inserida na Reserva Agrícola Regional.

O RT expõe uma listagem de todas as espécies da Flora e da Fauna presentes na área de estudo, identificando alguns espécimes de *Erica scoparia ssp. Azorica*, que é uma endémica dos Açores com estatuto de proteção definido pela Diretiva Habitats e Convenção de Berna, que deverão ser afetados pelo empreendimento.

A CA considera os elementos apresentados suficientes para os objetivos deste procedimento, propondo, no entanto, que na página 107 (capítulo 5.12.6 – Fauna) se retire os dois parágrafos repetidos. Mais informa que, presentemente, a subespécie azorica da espécie *Erica scoparia* foi reconhecida como uma espécie nova, sendo a sua designação atual *Erica azorica*.

- **Paisagem** - No capítulo 5.13 Paisagem, o RT descreve um conjunto de conceitos para caracterizar este fator ambiental, com uma abrangência superior à dos restantes descritores. Considera-se que a caracterização é suficiente para os objetivos da avaliação em curso.

Julga-se, no entanto, que a análise deveria incidir também sobre o Sistema de Informação de Apoio à Gestão da Paisagem dos Açores e ao trabalho de base desenvolvido para a sua concretização, que consistiu na atualização do ‘Livro das Paisagens dos Açores – Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores’, publicado pelo Governo dos Açores em 2005, e que se encontra disponível para consulta no Portal do Ordenamento do Território dos Açores, e não sob os IGT em vigor.

- **Património Arquitetónico e Arqueológico** – Para este fator ambiental, o RT descreve a metodologia utilizada na identificação e inventariação de imóveis na área de estudo. Uma vez que não foram identificados imóveis classificados, a CA considera que a informação é suficiente para o pretendido neste procedimento.

- **Sistema de gestão de resíduos** - O RT faz uma pequena descrição da empresa Resiaçores, que possui a concessão da exploração do Centro de Processamento de Resíduos (CPR) da Ilha do Pico, indicando um conjunto de licenças. No entanto, estas licenças estão desatualizadas e são relativas à sede da referida empresa na ilha Terceira e não do CPR do Pico. Assim, a CA recomenda a reformulação deste parágrafo, de forma a indicar que o CPR está licenciado para todas as tipologias de resíduos pelo alvará de licença n.º 6/DRA/2020.

5.16 Evolução da situação de referência sem a implementação do Projeto – Este ponto, incluído neste capítulo 5 do RT e destinado a caracterizar a situação de referência da área de estudo, surge para dar cumprimento à obrigação legal imposta pelo Diploma AILA de o conteúdo do EIA avaliar alternativas e no caso de eliminação destas, como foi justificado no capítulo 2 deste volume, no mínimo ser efetuada a comparação com a Alternativa Zero de não realização do projeto.

Assim, para cada um dos fatores ambientais considerados anteriormente neste capítulo é feita uma pequena perspetiva das alterações que ocorrerão nos mesmos tendo em conta as tendências atuais no cenário de não execução da SESR.

A CA tem apenas a referir que o conceito de impacte em AIA está relacionado com efeitos provenientes da construção do projeto e das soluções alternativas avaliadas no EIA, pelo que não é correto designar por impactes as evoluções positivas ou negativas perspetivadas para o cenário de não concretização do empreendimento com base em tendências do presente. Estas servem de referência para avaliar os impactes da concretização projeto e seleção de alternativas. Contudo esta imperfeição de uso da linguagem no RT não compromete a conformidade do EIA.

Capítulo 6 – IMPACTES AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

O RT apresenta a metodologia utilizada na determinação e avaliação de impactes com base no guia da Associação Portuguesa de Impactes Ambientais para este tipo de projetos e adaptada às especificidades do Diploma AILA.

O RT, para cada fator ambiental considerado neste capítulo, apresenta os critérios específicos do descritor usados para avaliar os impactes determinados; identifica as fases da ocorrência

destes: construção, exploração e/ou desativação; em seguida expõe os efeitos estimados inventariados pelos autores do EIA com a respetiva valorização; depois lista, quando necessário, as ações que propõem para os minimizar e, por fim, integra todos estes elementos num quadros síntese.

A CA, por norma, no parecer de apreciação da conformidade do EIA não se pronuncia sobre a avaliação, qualificação e quantificação dos impactes estimada pelos autores, nem a adequação das medidas de modo a não influenciar a Consulta Pública.

Assim, neste parecer a CA identifica imperfeições significativas e alerta para aspetos importantes. Um dos aspetos a apontar na Matriz de avaliação prende-se com a abrangência de ilha, que no caso do Pico não é coincidente com o concelho e num arquipélago não deve ser ignorada. Se não houver nenhum elemento significativo a referir para um dado fator ambiental, o mesmo pode ficar omissa na listagem abaixo.

- **Recursos Hídricos e Qualidade da Água** – Os elementos apresentados na tabela 42 não são representativos de impactes neste descritor. Deverá ser substituído por uma tabela que reflita efetivamente os impactes possíveis neste descritor.

- **Ruído** – Tendo em conta que o único recetor sensível nas imediações do SESR é um edifício não residencial e sim técnico-administrativo sob a gestão do proponente e apesar de não ter sido apresentado um quadro síntese dos impactes neste descritor a CA considera suficiente o exposto no RT para este fator ambiental.

- **Radiações** – Por lapso o quadro 47 neste fator ambiental está intitulado como respeitante à qualidade do ar, mas tal não compromete o facto de a CA considerar suficiente os elementos constantes no RT para este fator ambiental.

- **Solos/ capacidade de uso do solo e ocupação atual do solo** – A junção destes dois fatores ambientais considerados no RT no capítulo de caracterização da área de estudo não compromete a conformidade do EIA.

Os impactes apresentados e as medidas de minimização adotadas são coerentes entre si e estão de acordo com a caracterização efetuada a este fator ambiental.

- **Instrumentos de Gestão do Território** – Não existe este fator no RT, no entanto considera-se que devem ser adicionados impactes e a sua avaliação, bem como medidas de minimização, uma vez que a classe de espaço em questão é Espaços Florestais.

- **População e Socioeconomia** – Os impactos apresentados nas diferentes fases de ocorrência do projeto são, de forma geral, positivos, pelo que não são apresentadas medidas de minimização/monitorização. Assim, a CA considera suficiente o exposto no RT para este fator ambiental.

- **Ecologia – Flora, Fauna e Habitats** – A CA considera que os impactes apresentados e as medidas de minimização adotadas são coerentes entre si, estando de acordo com a caracterização efetuada a este fator ambiental.

- **Paisagem** - Os impactes apresentados e as medidas de minimização adotadas são coerentes entre si e estão de acordo com a caracterização efetuada a este fator ambiental

- **Resíduos** – Surge neste capítulo como um fator ambiental, apesar de antes não ter sido caracterizado o sistema de gestão de resíduos. A CA aceita a situação, mas esclarece que em fase posterior irá solicitar parecer aos serviços com a competência de gestão regional neste tema dos anexos com influência neste descritor.

- **Saúde Pública** – Este é um descritor não caracterizado no capítulo da situação de referência. O RT para os impactes neste fator ambiental excluiu os cenários de acidente que são apreciados no Plano de Segurança e Saúde (PSS) anexo ao EIA, pelo que considerou apenas os potenciais efeitos na saúde das populações em resultado da exposição destas ao ruído, radiações e degradação da qualidade do ar e das águas em virtude do projeto, todavia como não existe população fixa em torno deste assume a não perspectiva de impactes negativos significativos.

Neste enquadramento o RT esboça um conjunto de impactes transversais aos fatores ambientais acima referidos e com efeitos cumulativos na saúde e expõe várias medidas proveniente de Guias da Agência Portuguesa do Ambiente que no essencial correspondem a ações sobre outros descritores e não específicas para a saúde pública.

Teria sido pertinente apresentar no EIA os serviços de saúde e infraestruturas associadas que servem a área de estudo, contudo, dado que os impactes neste fator ambiental são indiretos exceto em caso de acidente e a população residente conhece a realidade no terreno, a CA considera que esta lacuna não compromete as necessidades de informação para a Consulta Pública, pelo que não compromete a conformidade dos documentos em apreciação.

Capítulo 7 – ANÁLISE DO RISCO

O RT começa por distinguir impacte de risco ambiental, este resulta de situações acidentais que não decorrem da normalidade dos trabalhos a desenvolver nas várias fases de implementação do projeto.

Segue-se a definição de risco como o produto da probabilidade de ocorrência de um certo evento e da extensão do seu efeito, mencionando-se em seguida os que se perspetivam mais prováveis de ocorrer, que tendem também a ter menores repercussões, na fase de construção serão os derrames e na de exploração o de incêndio na SESR, de baixa probabilidade mas perigosidade elevada de não controlado, este são apreciados tendo em conta as características locais.

Prossegue com a referência aos riscos de responsabilidade civil e enquadráveis no regime de higiene e segurança no trabalho, esclarecendo que foi elaborado um PSS, que constitui o Anexo IV do EIA, o qual procura dar cumprimento ao Decreto-Lei n.º 273/2003.

O RT apresenta um quadro com os materiais a existir nas instalações que oferecem riscos especiais devidamente discriminados e as recomendações ou medidas a seguir, bem como outro do mesmo tipo, mas referente às atividades associadas ao presente projeto.

O EIA refere algumas responsabilidades da entidade executante desde o início dos trabalhos, não só em matéria de elaborar e planear os aspetos da segurança, saúde como a necessidade de compatibilizar atividades e de articular com o Coordenador de Segurança em Obra para validar e ainda sujeitar à aprovação do Dono de Obra.

A CA, tendo em conta a dimensão e os riscos potenciais do projeto considera suficiente a profundidade que este assunto foi tratado em sede de AIA. Estes aspetos também são exigências em matéria de licenciamento do projeto e da sua atividade.

Capítulo 8 – PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO

O EIA propõe um plano de monitorização correspondendo ao censo de aves mortas na fase de exploração na zona da subestação e num raio de 200m, a pertinência deste programa será analisada no parecer final deste procedimento, para não influenciar a próxima Consulta Pública.

Capítulo 9 – SÍNTESE DE IMPACTES

O RT apresenta um quadro com a listagem dos vários descritores anteriormente considerados, os impactes ambientais que perspetivaram sobre aqueles, respetiva

significância e sentido, a fase em que devem ocorrer, a abrangência dos mesmos e as medidas propostas para os minimizar quando existam.

A CA apenas tem a referir que cruzando este quadro com o texto do capítulo 6 para cada fator ambiental, nem sempre a valorização, denominação e identificação dos impactes é igual, contudo as discrepâncias são pouco significativas para se solicitar alguma correção ou alteração num ou noutro capítulo.

Capítulo 10 – CONCLUSÃO

Neste capítulo o RT sumariza o conteúdo essencial exposto anteriormente no presente volume, como a CA não se pronuncia sobre a avaliação dos impactes ambientais apresentados no EIA antes da realização da Consulta Pública, também não comenta as conclusões aqui apresentadas nesta fase do procedimento de AIA.

3.2 – Resumo Não Técnico (RNT)

O RNT apresentado parece adequado ao objetivo pretendido e reflete o conteúdo do RT. Neste volume, onde parte da informação importante surge sob a forma de questões a que se segue a respetiva resposta, explica-se o que é o RNT, as razões do EIA, alguns passos do procedimento de AIA e as entidades envolvidas. Depois é efetuado de forma sintética, a descrição do projeto, a caracterização da área de estudo, os impactes perspectivados e as medidas de minimização e informa-se do programa de monitorização de aves proposto no EIA.

A CA verifica que o RNT procura de forma resumida transmitir o conteúdo do RT e respeita a sua estrutura de forma a cumprir o que é exigido no Diploma AILA.

Assim, o RNT corresponde de facto ao resumo do RT preservando as suas características e imperfeições.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DELIBERAÇÕES

Após a apreciação do EIA e respetivos anexos, a CA verifica que embora o EIA tenha procurado respeitar os Guias para avaliação de impactes relacionados com este tipo de projeto, existem diversas imperfeições dispersas pelo Relatório Técnico e uma lacuna de informação que foram descritas ao longo do presente parecer.

A CA, considera pertinente que para a fase de Discussão Pública os documentos que compõem o EIA sejam aperfeiçoados e introduzida a informação sobre a localização da subestação

existente e as respetivas estruturas, bem como o destino a dar aos espaços libertados na sequência do projeto de subestação a construir e equipamentos a substituir.

Assim, a Comissão de Avaliação do EIA ao abrigo do n.º 4 do artigo 37.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, considera que antes de o presente procedimento de AIA prosseguir para a fase de Consulta Pública, devem ser introduzidos melhoramentos no Relatório Técnico para eliminar as imperfeições mencionadas anteriormente neste parecer, bem como colmatar a lacuna de informação referida ao nível da localização da subestação presentemente existente na área de estudo e destino a dar aos espaços libertados e equipamentos substituídos.

Igualmente considera a CA que se deve implementar a reformulação do Resumo Não Técnico de modo a ficar atualizado com as alterações que venham a ser introduzidas no Relatório Técnico.

A CA concede um período de 20 dias úteis para a implementação das alterações acima expostas, sob pena do procedimento não prosseguir se este prazo não for respeitado sem realização atempada de uma solicitação e justificação para o efeito, suspendendo-se, entretanto, a contagem de tempo até à receção dos elementos solicitados.

Horta, 25 de maio de 2021

P'la Comissão de Avaliação

Carlos Faria
(DSQA)